

# A FALÁCIA DO ANTIINTENCIONALISMO

## THE ANTI-INTENTIONALISM FALACY

Prof. RAFAEL LOPES AZIZE

**Resumo:** A concepção moderna de literatura idealizou a linguagem literária como um jogo de linguagem à parte dos demais, uma dimensão do sentido que seria "poética", não parafraseável nos seus sentidos figurados, incomensurável relativamente à linguagem ordinária. O romantismo instituiu como o valor literário central uma idéia de *autenticidade*, fundada no mentalismo introspectivo. Contrapondo-se à concepção da linguagem como expressão mentalista, corrente no romantismo, muitos formalistas situam o significado como intrínseco à estrutura da linguagem, e atribuem ao uso literário da linguagem um peculiar caráter polissêmico. É como se, para rejeitar a mimese clássica da duplicação da natureza e a mimese interior expressivista, houvesse que esvaziar de sentido o problema da relação entre linguagem e mundo. Um dos pontos-chave da defesa da autonomia da linguagem literária através da afirmação da sua polissemia peculiar tem sido a refutação da aplicabilidade da noção de intencionalidade. No entanto, trata-se de questões diversas. Oferece-se um contra-argumento à tese central de "A falácia intencional" (1949), de Wimsatt e Beardsley. O *Gedankenexperiment* do poema encontrado nas areias da praia não é adequado para ilustrar um argumento antiintencionalista porque pressupõe o que pretende negar, velando os critérios de aplicação dos verbos de comunicação (como *ler*, *interpretar*, certos usos de *ouvir*, etc.). Estes critérios apontam para a intencionalidade, e para o espaço extratextual.

**Abstract:** The modern conception of literature idealized literary language as a language game different from others, a "poetic" dimension of sense, non-paraphrasable in its figurative senses, incommensurable as regards the ordinary language. Romanticism sets as its central value an idea of *authenticity*, founded on an introspective mentalism. As a counterpoint to the concept of language as mentalist expression, present in romanticism, many formalists thought meaning as intrinsic to the structure of language, ascribing a peculiar polyssemic character to the literary use of language. It is as if, in order to reject the classic mimesis of the duplication of nature as well as the inner mimesis of expressivism, one should void of sense the problem of the relation between language and world. One of the key-

---

Rafael Lopes Azize é mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

points of the defence of literary language's autonomy through the avowal of its peculiar polissemity has been the refutation of the applicability of the notion of intentionality. However, these are diverse questions. A counter argument is offered to the central thesis of Wimsatt and Beardsley's "The Intentional Fallacy" (1949). The *Gedankenexperiment* of the poem found on the beach sand is not adequate as an illustration of an anti-intentionalist argument because it presupposes what it sets itself to deny, veiling the criteria of application of communication verbs (such as *reading*, *interpreting*, certain senses of *hearing*, etc.). These criteria point to intentionality, and to the extra-textual space.

Os teóricos literários de extração formalista costumam considerar que uma das suas tarefas intelectuais mais importantes é a chamada "defesa da autonomia do campo literário". Um tal programa parte da suposição de que a literatura é um jogo de linguagem semanticamente à parte dos demais jogos, na medida em que seria peculiarmente polissêmico. Vejamos algumas implicações desta idéia, e por que historicamente ela se apoiou numa negação da aplicabilidade da noção de intencionalidade nas teorias da interpretação.

Um artigo dado a lume no número inaugural da revista *Cognitio*, publicada pelo Centro de Estudos do Pragmatismo da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo em novembro de 2000, reitera a posição antiintencionalista nas teorias da interpretação, em particular literárias. Trata-se dum artigo alvissareiro, porque mostra que no pequeno grupo de profissionais do campo literário no Brasil interessados em Teoria da Literatura propriamente dita também já há, ao contrário do passado recente, quem freqüente filósofos da linguagem formados nas tradições analítica e pragmatista (mesmo que para contesta-los).<sup>1</sup>

No artigo de João Augusto Máttar Neto, chamado "Teorias literárias pragmatistas: a função do autor", a rejeição da aplicabilidade da noção de intencionalidade vem acompanhada pela sugestão de que o tratamento que pragmatistas contemporâneos (no caso, Rorty, Schusterman, Margolis e Stanley Fish) deram a esta questão é "simplista" e não faz jus à complexidade semântica do fenômeno lingüístico da literatura. Tal simplismo derivaria duma incapacidade, por parte dos pragmatistas, em admitir a presença, em textos ficcionais, de significados não-intencionais – os quais são descritos por Máttar Neto como aqueles significados que o próprio texto ficcional gera, devido à sua peculiar e estrutural capacidade polissêmica (fala mesmo em "indeterminação semântica"). No entanto, a dada altura o próprio autor explicitamente aceita a idéia de que a intenção é condição de possibilidade dos significados dum texto. Alguns parágrafos a seguir, sem indicação duma viragem no raciocínio, Máttar Neto volta contudo a rejeitar a idéia de que a linguagem pressupõe intenção. Não oferece um argumento para tanto; de todo modo, assevera que "não importa, para a discussão sobre o autor de ficção, se existe ou não linguagem pré-intencional" (p. 71).

O problema é que advogar a suposição da intencionalidade como condição de possibilidade do conceito de significado tal como o utilizamos normalmente não significa necessariamente opor-se a coisas como a polissemia ou a estruturação da linguagem, nem tem nada que ver com um correspondentismo bi-unívoco entre significado e intenção: trata-se, isto sim, de questões conceptualmente diversas. Assim, invocar a impossibilidade do acesso exaustivo à intenção do autor dum texto como uma evidência para a existência da indeterminação semântica do texto é misturar dois problemas. Da impossibilidade do acesso exaustivo à intenção do autor simplesmente não cabe inferir que a linguagem não pressuponha – pelo menos conceptualmente e no seu sentido ordinário – intenção, como faz Máttar Neto: trata-se dum *non sequitur*. O artigo não distingue entre um pedido para que um falante explicitie verbalmente uma intenção de modo a eliminar-se uma ambigüidade, por um lado, e a suposição de intenção, por outro. Isso lhe permite uma operação para a qual não há razão plausível, que é a de atribuir uma peculiar riqueza semântica dos textos literários à ausência do acesso exaustivo por parte do leitor à intenção autoral.

Não há razão para atribuir à literatura a capacidade de exprimir uma dimensão do sentido à parte, uma “dupla significação” peculiarmente não parafraseável nos sentidos figurados – para usar os termos dos teóricos da metáfora. A riqueza semântica de objetos verbais como romances, poemas e peças teatrais, tem de ser investigada por outros caminhos, caminhos que não se confundem com a discussão conceptual acerca da intencionalidade cuja suposição estaria embutida na gramática da noção de significado, nem dependem, para demarcar o campo literário de investigação, de que se abra um abismo semântico entre a linguagem ordinária e os referidos usos convencionalmente literários. De certa forma, este movimento participa do impulso filosófico da busca pelo incondicionado, pela “soberania dos fundamentos” (Cometti, 1998:207), na medida em que pretende enxergar na literatura ou na “linguagem poética” a “lava” semântica da linguagem à qual esta tem de tempos a tempos de recorrer para revitalizar os seus usos quotidianos, uma espécie de seu núcleo vital.

O texto de Máttar Neto insere-se no quase consenso antiintencionalista que se verificou nas teorias literárias da interpretação no século XX, mesmo entre correntes com desacordos grandes noutros aspectos. Proponho que passemos a um rápido e necessariamente redutor percurso historiográfico que nos ajude a entender um pouco melhor como se chegou a tal consenso. Em seguida, tentarei elaborar um argumento a favor da aplicabilidade da noção de intencionalidade, a partir de algumas orientações que oferece o professor P. D. Juhl, no seu *Interpretação: Ensaio sobre a filosofia da crítica literária* (1980). O argumento incluirá a redução ao absurdo da formulação antiintencionalista central do célebre artigo “A falácia intencional” (*The Intentional Fallacy*, 1949), de W. Wimsatt e M. Beardsley, o que me conduzirá a uma modificação do igualmente célebre *Gedankenexperiment* antiintencionalista do poema encontrado nas areias duma praia.

As principais teorias da interpretação literária do século XX foram teorias em certo sentido anti-românticas, na medida em que estavam preocupadas em prover de um aparato conceptual interpretativo as poéticas impessoalistas e práticas lingüísticas experimentais dos diversos modernismos nacionais. Essas teorias antiintencionalistas pretendiam contestar uma noção de literatura como expressão, coagulada no romantismo e que no seu tempo ganhou um ascendente sobre a doutrina anterior, uma noção de literatura como modalização de procedimentos de gênero, a qual havia sido operativa desde a *Arte poética* de Aristóteles, e que o classicismo ocidental havia retomado. Assim, para compreender a contundência do anti-intencionalismo dos *New Critics*, do Estruturalismo e dos seus pós ao longo do século XX, e para compreender por quê se julgou que para combater o expressivismo era preciso jogar fora a intencionalidade, precisamos estabelecer quais são os fundamentos filosóficos da noção de literatura expressivista contra a qual os formalismos impessoalistas foram propostos.

A poética romântica tende em geral a celebrar a liberdade individual criativa. Fá-lo em nome daquilo que eu chamaria de, passe a expressão, “mimese interior”, ou seja, a crença na capacidade da arte para exprimir estados interiores (mentais) objetivos do indivíduo. Quanto maior a pureza desta operação, mais pura ou “autêntica” é a arte assim criada. Para Baudelaire (1859, p. 223), por exemplo, o escritor é alguém que “se obstinará a extrair do seu cérebro toda a decoração da sua vida”. A literatura já não precisa de atributos convencionais ou de gênero para ser considerada arte, para se legitimar. Esta legitimação é dada pelo aparecimento do “escritor” no sentido moderno: “escritor” *tout court*, e já não poeta ou dramaturgo. O crítico estadunidense Jonathan Arac (1995) menciona, como marco do aparecimento deste sentido de “escritor” no contexto norte-americano, a tríade Hawthorne, Whitman e Melville. No Brasil, Álvares de Azevedo é já um “escritor” neste sentido. Juntamente com a noção de autenticidade expressiva, aparece a idéia de que um certo uso da linguagem, dito “literário”, o seja por referência ao atributo lingüístico da “literariedade”.

Por um lado, o romântico tal como o estou caracterizando aqui precisa minar a autoridade do conservadorismo clássico e liberar o caminho para a sua criação expressiva, “direta”, desembaraçada de mediações tópicas. Por outro, em decorrência da noção filosófica que está na base do expressivismo (a crença na substância de estados mentais interiores, a serem diretamente expressos pela literatura), arroga para si uma autoridade que pugna por não se alienar junto às negociações públicas de sentido (e temos aqui uma motivação não estética para a “torre de marfim” romântica). O “gênio” romântico teria consubstanciado a idéia de autor que, até então, mais longe teria levado a aposta na natureza, por assim dizer, genitiva das suas produções lingüísticas; noções como autenticidade e sinceridade ganharam estatuto de pedras de toque na valoração artística, ou mesmo na própria legitimidade *literária* de certo uso da linguagem (i.e., o uso saturado de “literariedade”). A literatura – ou o uso dito literário da linguagem – tal como a modernidade a codificou nasce como um espaço crítico que se oferece ao sujeito autônomo

inventado por Montaigne, mas também ao instituir como valor central certa idéia de *autenticidade*.

Esta combinação de liberdade formal, antiesquemática ou (*prima facie*) antiformulaica (que abre campos de experimentação que iriam da dissonância na música aos ismos na literatura), e de uma nova autoridade, agora pessoal, baseada num empirismo interno no qual se baseia a idéia de “expressão autêntica” do artista, explica que seja o romantismo a preparar o terreno para o advento da literatura que, seguindo Jonathan Arac, chamaremos de contragenérica. Por “contragenérica”, Arac entende uma literatura concebida como uma espécie de linguagem outra dentro da linguagem, como se a linguagem ordinária dispusesse de uma essência poética, revelada no fenômeno que se vai chamando *a literatura*. O novo bardo, assim, não se inspiraria junto à exterioridade das Musas, mas na introspecção. Jonathan Arac situa em meados do século XIX o momento em que “a literatura veio a ser concebida como contragenérica, existindo num espaço imaginário distinto daquele da vida publicamente partilhada” (p. 26) na prosa narrativa estadunidense (e poderíamos facilmente estender esta apreciação a outras literaturas ocidentais).

O *expressivismo* nasce como um procedimento poético contrastado ao racionalismo literário, na medida em que pretendia dar vazão expressiva à *facultas inferior* ou ordem das paixões da maneira mais direta, mesmo que para tanto houvesse que sacrificar os métodos de composição clássicos, tópicos e genéricos (ou seja, que seguem gêneros). Mas também é possível apreciar as relações entre o expressivismo e o racionalismo agora filosófico por um viés que os concilie, inclusive tornando o expressivismo tributário do racionalismo: esse viés seria o do racionalismo cartesiano encarado como uma espécie de empirismo. Este consiste numa epistemologia que procede via introspecção, acreditando que nós temos um acesso mais seguro ao conhecimento das idéias do que das “coisas” (porque acredita poder chegar à certeza apriorística da existência da *res cogitans* mas não da *res extensa*). Neste sentido, fundamenta o que o filósofo Jean-Pierre Cometti chama de “o mito da essência poética da linguagem”.<sup>2</sup>

Sugerimos que o expressivismo romântico a fundar a literatura “autêntica” apóia-se, portanto, num mentalismo introspectivo. Tudo se passa como se o jogo de linguagem literário “correspondesse à realidade” interior, e não dependesse de conexões que complicam conceptualmente as suas operações de sentido muito para além de uma conexão entre asserção e estado interior “objetivo”. Quando passamos para os formalismos do século XX, encontramos ainda, em geral, este correspondentismo, mas agora externalizado. Isto pode ser ilustrado de forma exemplar na idéia corrente de que é o texto ele mesmo a encerrar um sentido substancial, fenômeno que George Steiner chamou de “presença real” de sentido (próxima do que William Wimsatt havia chamado nos anos 60 de ícone verbal<sup>3</sup>) – e que é esse sentido substancial a limitar a variação das interpretações.

Na virada para o século XX, as experimentações dos modernismos com a materialidade da linguagem – com as formas intranarrativas – levaram, portanto, os

teóricos literários a construir teorias semânticas *impessoalistas* (aqui por oposição a expressivistas). À maneira dos significantes saussurianos e dos traços distintivos de Roman Jakobson, que marcam os inícios da lingüística moderna, trata-se de extrair sentido tão-somente da articulação sistemática entre os elementos formais da linguagem literária, considerando os significados como propriedades intrínsecas das formas dos enunciados. É como se, para negar a mimese clássica da duplicação da natureza e a mimese interior expressivista, fosse necessário esvaziar de sentido o problema da relação entre linguagem e mundo e passar a encarar a linguagem como um jogo formal sem referência (no sentido dum jogo cujas regras, a contrário das linguagens naturais, pudessem ser exaustivamente descritas). Um dos pontos-chave desta mudança foi a refutação da aplicabilidade da noção de intencionalidade nas teorias literárias da interpretação, as quais doravante deveriam tomar a linguagem na sua autonomia estrutural (mais morfo-lexical no caso dos *New Critics*, e mais morfo-narrativa para a maioria dos formalistas russos).

A este propósito, Stephen Mulhall, um comentador de Wittgenstein, assinala a existência de uma tendência para se dizer, de certas obras de arte, que elas têm um caráter epifânico, como se encarnassem um sentido, uma espécie de revelação – para falar com uma linguagem religiosa. As obras de arte, ou a nossa relação com elas, a experiência que temos ao entrar em contacto com elas, é assim expressa em termos de ícones verbais. Por exemplo, *Hamlet* seria uma manifestação direta da melancolia, *Fausto* da loucura da ambição, um monólogo dramático de Robert Browning encarnaria a loucura do amor, e assim por diante.

Mas numa perspectiva wittgensteiniana, é possível duvidar-se da idéia de que esse conteúdo semântico possui uma substancialidade icônica à qual, p. ex., o autor ou um crítico persuasivo tivessem acesso privilegiado. Este movimento seria útil, creio, a uma reapreciação da noção de literatura que abandonasse a busca da “literariedade” e, reintegrando a literatura aos demais jogos de linguagem, desafiasse um dos “mitos da significação”, a suposição da existência de uma “essência poética da linguagem”, seja de base expressivista, seja de base formalista. Os significados articulados pelo texto literário podem então ser encarados como criações interessadas e situadas.

Podemos agora encerrar este percurso historiográfico e retornar aos argumentos propriamente ditos atinentes à questão da intencionalidade.

Há uma pletera de textos antiintencionalistas que, de T.S. Eliot a Susan Sontag passando por Richards, Barthes, Foucault e outros, poderiam servir de base para esta discussão. Escolho, no entanto, apenas uma frase dum célebre ensaio de Wimsatt e Beardsley, *The Intentional Fallacy*, de 1949 – até porque Máttar Neto menciona esse artigo no seu trabalho – e que diz o seguinte: “É apenas porque um artefato funciona que inferimos a intenção do artífice” (p. 335).

Quero sugerir que este argumento é insuficiente para invalidar a aplicabilidade da noção de intenção nas teorias da interpretação. Para tanto, sigamos o já citado P. D. Juhl no estabelecimento, por um lado, duma tese antiintencionalista básica, e por outro duma tese intencionalista básica:

- **Tese antiintencionalista básica:** é verdade que o conhecimento da intenção do autor pode ser útil a uma tomada de decisão interpretativa, mas não é verdade, por outro lado, que “o significado dum texto literário seja necessariamente – por virtude do nosso conceito de o significado dum texto – o que o autor quis dizer com o texto” (p. 47). Essa tese antiintencionalista básica pretende dar conta do que seria uma indeterminação interpretativa inerente ao texto ficcional e que diferenciaria o uso literário duma língua de qualquer outro jogo de linguagem.
- **Tese intencionalista básica:** no nosso conceito de “significado dum texto” está embutida a idéia de que “o significado dum texto produzido por uma pessoa é diferente do significado dum texto criado por acaso” (p. 48).

O conceito corrente de “o significado dum texto”, segundo P. D. Juhl, dá ele mesmo conta, em termos intencionalistas, de dois dos critérios mais comumente invocados em apoio a decisões interpretativas: a coerência e a evidência textual.

1. Imaginemos um texto que lingüisticamente admite duas interpretações. Neste caso, “o fato de uma obra ser mais coerente, ou mais complexa, numa interpretação do que noutra, não tornará esta primeira uma candidata melhor do que a segunda a ser a interpretação correta do texto, a menos que este fato torne mais plausível que o autor tenha tencionado veicular o significado correspondente à primeira significação e não o significado correspondente à última” (p. 48). Por outras palavras, o apelo ao texto, à coerência ou a conteúdos referenciais *é já* um apelo à intenção.
2. No caso de textos que lingüisticamente só admitem uma interpretação, ainda assim a intenção do autor é a pedra de toque da decisão interpretativa tomada com base em evidências lingüísticas, na medida em que “o apelo às regras da linguagem é um apelo implícito ao provável uso que fez o autor das palavras em questão” (p. 48).

Uma imagem com que se costuma ilustrar o argumento de Wimsatt e Beardsley, e portanto a tese antiintencionalista básica acima aludida, é a seguinte. Imaginemos que o recuo de uma onda numa praia deixou inscrita na areia um objeto que costumamos chamar de estância de um poema em língua portuguesa. Faria diferença, para um observador que se pusesse a interpretar a estância, saber de que forma ela foi criada?

Esta imagem está, ao meu ver, viciada, e não serve ao propósito do antiintencionalista, que é o de favorecer uma definição não-intencionalista de significado. Isto porque, nesta imagem, o observador hipotético já reconheceu a estância como tal, bem como a língua em que está escrita. O fato de que o observador tenha reconhecido as marcas na areia como linguagem – no caso, como uma estância de um poema – é simultâneo ao início do processo interpretativo, ou dos seus procedimentos mais preliminares (reconhecer o idioma em que aquela linguagem está codificada, reconhecer toda uma história de procedimentos comunicativos prévios àquele tipo de criação verbal, etc.). É apenas por isso que Máttar Neto pode dizer que “não importa (...) se existe ou não linguagem pré-intencional” (p. 71): no exemplo do poema desenhado na areia já estamos, relativamente à interpretação, *in media res*.

Este é também o caso da formulação de Wimsatt e Beardsley. Dizer que “É apenas porque um artefato funciona que inferimos a intenção do artífice” (p. 335) é

dizer que, quando o artefato não funciona, não passo a inferir a intenção do artífice. No sentido de que não *me interessa* por interpretar esse artefato não funcional, isto talvez seja plausível. Mas a gramática do substantivo “artefato”, tal como é utilizado em Português (e no Inglês “artifact”), inclui, conceptualmente, uma suposição de intencionalidade. Não há artefatos *causados* sem interesse humano, sem função – portanto, função atribuída –, mesmo que, ao ser posto à prova, o artefato “não funcione”. Ou incluo entre “artefatos” os sulcos *causados* pela água a escorrer por uma pedra, ou então a proposição de Wimsatt e Beardsley é absurda, porque não há artefatos não-intencionais. “Funcionar” e “não funcionar” são capacidades que apenas objetos intencionais têm; outros tipos de articulações mecânicas entre objetos devem receber outro tipo de designação.

Ainda não conhecemos outros organismos que falem idiomas ditos semanticamente produtivos; conhecemos apenas entidades orgânicas que manipulam linguagens simbólicas não-produtivas. Portanto, sendo parte do nosso conceito do que seja “interpretar” que aquilo que se interpreta são sememas que uma entidade humana produziu, o que neste caso então se faz, na ausência de informação genética, é uma forma de animismo: não importando qual entidade tenha produzido aquelas marcas, tratamo-la imediatamente como um ser humano ao decidir tratar certas marcas físicas (gráficas ou fônicas) como uma linguagem – e isto, mesmo que se trate de uma linguagem que não conheçamos. É de resto neste sentido, como nos lembra Gilbert Ryle, que olhamos para aquilo que o coração faz e dizemos que a “função” do coração é bombear sangue.

Um advogado da posição antiintencionalista teria de se haver com outro tipo de argumento, que encenasse uma situação *prévia* ao reconhecimento de marcas materiais como marcas semânticas. Em termos mais lingüísticos, este *Gedankenexperiment* teria de começar antes da decisão, por parte do observador, em tratar alguns fones como fonemas e alguns grafos como grafemas, e já neste momento fazer a pergunta sobre a relevância da noção de intencionalidade para a interpretação. Do contrário, teria de utilizar num argumento antiintencionalista termos cuja gramática ou cujo significado já traz embutido uma suposição de intenção. Tal argumento – uma modificação da imagem do poema na praia – poderia ser do seguinte tipo.

Imaginemos um arqueólogo de férias, a tomar sol numa praia. Ao caminhar à beira-mar, ele encontra uma pedra que lhe desperta a curiosidade. A pedra está coberta de pequenas marcas em baixo-relevo que parecem apresentar alguma espécie de regularidade. Acontece que se trata dum arqueólogo com formação em lingüística; ele percebe, intrigado, que de fato há uma regularidade espantosa nessas marcas. Começa a estudá-las, mas não chega a decidir-se acerca de uma questão crucial. São as marcas na pedra uma incrível coincidência *causada* por uma improvável mas não impossível erosão, na qual se terão talvez combinado fios d’água regulares que corriam morro abaixo e as águas da chuva, ou, pelo contrário, aquelas marcas têm uma função, e foram produzidas intencionalmente por algum ser humano, um antigo habitante do local que ali escreveu um texto numa língua há muito desaparecida, com o qual esta *pessoa* quis *dizer* algo?

O meu argumento é o seguinte: há uma diferença crucial naquilo que tipicamente se diria que o arqueólogo estaria fazendo caso se decidisse num sentido ou noutro. Mais precisamente: só se diria dele que o que ele estava fazendo ao observar metodicamente aquelas marcas era *interpretar um texto* se ele estivesse disposto a admitir a suposição de que uma intencionalidade esteve na origem das marcas, de que com elas ou por meio delas alguém quis dizer alguma coisa. E a razão para isto não é necessariamente mentalista, antes gramatical, conceptual: está dada no significado ordinário da noção de significado.

Portanto, ainda que na teoria da interpretação literária haja outras histórias a contar que não apenas a intencional (refiro-me a todos os processos de articulação conceptual e lingüística e os problemas da polissemia), uma vez que a literatura é linguagem a história intencional não pode ser invalidada.

Este argumento em prol da aplicabilidade da noção de intenção é consequência de uma teoria da significação segundo a qual a linguagem não é heterogênea ao mundo (como é o caso da figura agostiniana da linguagem – na qual o sentido preexiste à articulação lingüística, consistindo como que num conteúdo que preenchesse os significantes – e também das concepções estruturalistas mais fortes). A linguagem, segundo esta concepção, ancorar-se-ia em Formas de vida: os significados encontram o seu limite e a sua possibilidade nas práticas ordinárias das pessoas. Ao contrário do que afirma Jacques Derrida, nesta perspectiva existiria um *hors-texte* ou espaço exterior ao texto que com ele se articula e o condiciona, ou pelo menos esta suposição é um critério do uso dos nossos verbos de comunicação (como *ler*, *interpretar*, certos usos de *ouvir*, etc.).

Uma concepção mais naturalista da linguagem – e talvez valesse a pena passarmos a falar diretamente em *comunicação* e não apenas em linguagem, na medida que é mais propriamente a noção de *comunicação* que tem embutida a suposição de intencionalidade – uma concepção mais naturalista da linguagem, dizia, parece ainda desautorizar a suposição de existência do atributo lingüístico da “literariedade” como “dupla significação” poética, pelo menos num sentido que se pretendesse alheio à linguagem ordinária (como se a linguagem poética não tivesse a sua contraparte na poesia da linguagem, como diz O. Hanfling.<sup>4</sup>) Usos “literários” da linguagem poderiam ser mais apropriadamente identificados por meio do critério da detecção de uma “semelhança de família” entre esses usos. A intencionalidade, esta, seria uma questão anterior, que estaria conceptualmente na base do próprio reconhecimento da linguagem comunicativa como tal, segundo o significado corrente de “o significado de um texto”.

É fundamental, finalmente, sublinhar este último ponto: não se trata aqui de sugerir que os significados devam ser submetidos a uma correspondência a intenções vividas, como se estas fossem os fundamentos semanticamente estabilizadores daqueles, ou as suas origens puras (estariamos fazendo tábua rasa das investigações wittgensteinianas sobre a *gramática* e as “significações secundárias”). A ordem das condições é aliás precisamente inversa e deve priorizar a gramática: invalidando absolutamente a aplicabilidade da noção de intencionalidade embutida na gramática

dos verbos de comunicação em nome de imperativos formalistas ou da “dupla significação” poética, perde-se de vista a gramática do significado ordinário destes verbos, bem como o de “significado”. Este artigo, em todo o caso, não tratou da função da intenção em práticas interpretativas, mas tão-somente de uma aplicabilidade mais básica da noção de intenção, ou seja, da presença conceptual desta noção embutida nos significados dos termos que usamos quando falamos de atividades comunicativas.

## NOTAS

1. A Teoria da Literatura compartilha a maioria dos seus problemas com campos tais como a estética filosófica, a semântica e a ontologia, a hermenêutica e a filosofia da mente – pelo menos numa certa forma de a conceber que não a subsuma ao que se veio nas últimas três décadas a chamar de estudos culturais.
2. Além da suposição da existência de uma “entidade mental à qual se supõe que as expressões da linguagem devam o significado que lhes damos”, haveria um outro “mito da significação, mais refinado”. A pressuposição maior deste segundo mito da significação consistiria “em admitir a existência de uma *dupla significação*. Segundo tal princípio, haveria, com efeito, ao lado da significação ordinária à volta da qual se organizam a linguagem e as atividades centradas na comunicação, uma outra dimensão do significado (*sens*), ou mais exatamente uma *outra* significação, marcando a esfera de pertença das artes, da criação e da contemplação estética. (...) Este segundo “mito da significação” encontra um importante apoio na idéia duma “linguagem poética” – e por vezes até mesmo na de uma “essência poética da linguagem” (J.-P. Cometti, 1998, p. 208-9). O romantismo seria, para Cometti, um exemplo particularmente instrutivo das teorias da arte que, “dissociando exageradamente as fontes das condições da linguagem e da vida ordinárias” (p. 231), participam da ilusão de se lidar com objetos dotados de propriedades expressivas ocultas por meio dos quais nos subtraímos aos limites da linguagem, ganhando acesso, segundo tal concepção, a uma experiência fora do comum.
3. William Wimsatt, *The Verbal Icon*, Un. of Kentucky Press, 1967.
4. Apud Cometti, op.cit., p. 232.

## BIBLIOGRAFIA

- ARAC, Jonathan (1995). “What Is the History of Literature?”, sl/sd, 1995.
- BAUDELAIRE, Charles (1859). “La double vie.” *L’art romantique*, Paris: G-F, 1968.
- COMETTI, Jean-Pierre (1998). *La maison de Wittgenstein ou les voies de l’ordinaire*. Paris, PUF, 1998.
- JUHL, P. D. (1980). *Interpretation – An Essay in the Philosophy of Literary Criticism*. Princeton: Princeton UP, 1980.
- MÁTAR Neto, João A. (2000) “Teorias literárias pragmatistas: a função do autor.” *Cognitio – Revista de Filosofia*, São Paulo: EDUC/Palas Athena, ano 1, n. 1, p. 58-78, nov. 2000.
- MULHALL, Stephen (1990). *On Being in the World. Wittgenstein and Heidegger on Seeing Aspects*. London: Routledge, 1993.
- WIMSATT, W.; M. Beardsley (1949). “The Intentional Fallacy.” in LODGE, David (ed.). *20<sup>th</sup> Century Literary Criticism – A Reader*. London: Longman, 1972.